

## JANEIRO DE 1993: UM CENÁRIO QUASE ACADÉMICO

Zolá Simões(\*)

An economist is an expert who will know tomorrow why the things he predicted yesterday didn't happen today.

EVAN ESAR

### I

Telheiras, Lisboa.  
2 de Janeiro de 1993.

Como habitualmente, hoje a família levantou-se um pouco mais tarde. É sábado! Um sábado que promete ser retemperador. Às 11 horas estamos todos na rua. O sol está brilhante, a luminosidade quase não deixa abrir os olhos. O pequeno-almoço, breve (já que estamos ansiosos por dar uma caminhada à beira-mar), é tomado no café ali ao lado. O leite é ingerido num instante e o mesmo acontece aos papo-secos de aspecto estaladiço (bem parecendo cozidos a lenha), recheados de fatias de queijo dinamarquês, cujo sabor começo a detestar. Antes ainda de tomar o café, dou um salto à tabacaria e aproveito para comprar o novo semanário *Expresso Económico*, além do jornal desportivo. Os dois jornais pago-os com uma nota azul, de 1 ECU. Despachados destes afazeres, que nos consumiram um pouco mais de meia hora, rumamos em direcção às praias da margem sul do Tejo. É meio-dia de sábado. A temperatura da água ronda os 22 graus. Somos fracos para resistir à tentação de um mergulho. E outro mergulho! Surgirá, finalmente, o momento de um ritual que, ao sábado, não dispenso: a leitura de jornais.

### II

Sofregamente devorado o desportivo, a atenção volta-se agora para as páginas interiores do *Expresso Económico*.

As pp. 3 a 6 são dedicadas, inteiramente, à descrição e análise da situação económica portuguesa nos últimos anos.

Uma vez mais, não resisto a uma tentação: agora, a de partilhar desta leitura!

---

(\*) Assistente convidado do Instituto Superior de Economia.

Na p. 3 pode ler-se:

A política económica prosseguida no último quadriénio assentou basicamente em dois vectores:

- 1) Manter as contas com o exterior dentro de limites aceitáveis; fazer tender a inflação para os níveis das Comunidades; não aumentar o volume de desemprego;
- 2) Acelerar o ritmo de crescimento da actividade económica, de modo a reduzir, progressivamente, o atraso de Portugal relativamente às outras Comunidades Europeias.

O crescimento económico no contexto actual, aceite que foi o desafio da construção do mercado interno europeu, constituiu uma necessidade quase vital, já que se tornava imperioso criar condições para uma sólida reconversão e modernização do tecido produtivo nacional.

Para conseguir atingir estes objectivos, dispôs o Governo de uma ajuda importante: meios financeiros, provenientes das Comunidades Europeias (os chamados fundos estruturais).

Mais à frente pode ler-se:

Importa ainda referir que para conseguir este crescimento não inflacionista, equilibrado do ponto de vista externo (cf. quadros A a D), e sem agravar, sensivelmente, tensões internas, o Governo levou a cabo, por um lado, uma política monetária que assumiu um padrão muito menos expansionista que em anos anteriores, reftreando ten-

#### QUADRO A

##### Despesa interna (1988-1992)

##### Óptica territorial

	Taxas médias de crescimento	
	Volume	Preços
Consumo (privado + colectivo) (a) .....	2,5	6,1
FBCF .....	8,8	5,1
Procura interna (prod. finais) .....	4,2	5,7
Exportações .....	5,6	4,4
Procura total .....	4,8	5,3
Importações .....	6,7	5,3
PIBpm .....	3,8	5,5

(a) No consumo privado estão incluídas as despesas de turistas em território nacional.

QUADRO B

Taxas de crescimento médio anual (1988-1992)

Indicadores

Deflatores	
Deflator do consumo privado .....	6,0
Consumo real (S80 — residentes) .....	1,8
Rendimento disponível real (S80) .....	2,3
População .....	0,5
Taxa de actividade global .....	0,4
População activa .....	0,9
Produtividade .....	2,8
Salário real médio .....	1,8
Custo salarial médio por trabalhador .....	7,9
Emprego .....	1,1
Agricultura, silvicultura e pesca .....	-1,3
Indústria .....	1,6
Construção .....	4,7
Serviços .....	1,4

QUADRO C

VAB por ramos (1988-1992)

	Taxas médias de crescimento em volume
Primário .....	1,5
Indústria .....	4,4
Alimentares, bebidas e tabaco .....	2,4
Têxteis, vestuário e calçado .....	4,0
Madeira, cortiça e mobiliário .....	4,1
Papel e publicações .....	5,1
Químicas e derivados de petróleo .....	3,9
Minerais não metálicos .....	6,9
Metalúrgicas de base .....	6,8
Produtos metálicos .....	4,4
Máquinas não eléctricas .....	8,8
Máquinas e outro mat. electr. ....	8,4
Material de transporte .....	5,5
Outros .....	1,6
Energia .....	3,9

	Taxas médias de crescimento em volume
Construção .....	7,7
Serviços .....	3,5
Comércio .....	3,9
Transportes e comunicações .....	5,1
Outros .....	3,0
PIBpm .....	3,8

QUADRO D

**Balança de transacções correntes (1992)**

10<sup>6</sup> dólares americanos

Exportações de bens e serviços .....	21 190
Mercadorias (FOB) .....	14 460
Importações de bens e serviços .....	25 700
Mercadorias (CIF) .....	24 125
Saldo comercial .....	— 9 665
Saldo de bens e serviços .....	— 4 510
Transferências unilaterais:	
Saldo de transferências privadas .....	3 480
Saldo de transferências públicas .....	1 150
Saldo de rendimento de factores .....	— 1 075
Saldo da balança de transacções correntes .....	— 955
Saldo de bens e serviços/PIBpm (percentagem) .....	— 7,8
Saldo da BTC/PIBpm (percentagem) .....	— 1,7

dências crescentes do consumo; por outro, políticas de emprego e rendimentos, que, ao incentivar a mobilidade de mão-de-obra, proporcionaram um aumento global da produtividade de 2,8 % ao ano e um aumento real dos salários na ordem de 1,8 %. Cabe aqui salientar que as negociações salariais (de forma geral, resultantes dos acordos de política de rendimentos, aprovados no Conselho Permanente de Concertação Social) conduziram a aumentos salariais médios de 7,9 %, ao ano.

E mais adiante:

O crescimento do PIB (3,8%), induzido fundamentalmente pelo forte crescimento do investimento (FBCF, 8,8%), provocou um aumento das importações, que não foi acompanhado pelo aumento das exportações (apesar da competitividade destas, em termos de preços). Daqui resulta um défice externo, moderado, graças às transferências comunitárias, apresentando o saldo (negativo) da BTC em 1992 um valor que ronda —1,7% do PIB.

A p. 6 do jornal é, quase toda ela, dedicada à análise do sector financeiro e das políticas desenhadas ao longo deste quadriénio. Permite-me passar por cima, tal o emaranhado de afirmações e profusão de números. Qualquer banhista ficará confuso, seguramente! Mesmo no fim da p. 6 é feita uma referência breve ao sector público administrativo. O essencial consta do quadro E.

#### QUADRO E

##### Sector público administrativo

##### Conta corrente

10<sup>9</sup> escudos

Total das receitas correntes .....	2 720
Total de receitas fiscais .....	2 265
Total das despesas correntes .....	2 825
Saldo corrente .....	— 105
Saldo corrente (em percentagem do PIBpm) .....	— 1,3

### III

Absorto pela leitura, mal me apercebera de que a maré estava a encher. O sol arrefecera, entretanto. De repente, uma sensação de molhado!

Tinha acabado (bruscamente) de passar pelas brasas, ali mesmo no sofá. O irrequieto João, um sobrinho de dois anos e meio, entretinha-se a entornar um copo de água nas calças do tio.

Era sábado, 10 de Dezembro de 1988.

### IV

Não há possibilidade, absolutamente, que um cenário se ajuste, com total precisão, à realidade, para a qual foi construído.

Vejamos alguns detalhes do pequeno cenário acima descrito:

- 1) A data. — 2 de Janeiro de 1993, simplesmente especifica o momento, o período, a que o cenário se refere;
- 2) O dia. — Dizer que 2 de Janeiro de 1993 é um sábado não se trata, obviamente, de uma previsão, mas tão-só da aceitação do calendário gregoriano;
- 3) Dia de sol, água do mar amena. — Podem ser consideradas previsões do que tipicamente acontece na zona de Lisboa a 2 de Janeiro. Podem ser previsões claramente erradas, mas provavelmente não será muito fácil melhorá-las;
- 4) Queijo dinamarquês. — Consequência previsível da maior abertura ao exterior;
- 5) Papo-secos de aspecto estaladiço. — É bem provável que no futuro as coisas, para serem consumidas, tenham de ter, não direi, tão-só bom aspecto, mas pelo menos bom aspecto;
- 6) Tempo de viagem até à praia. — Menos de meia hora de viagem, em dia quente, pressupõe obviamente uma revolução do *status* actual;
- 7) Custo de jornais; ECU moeda circulante. — As duas hipóteses são quase pura fantasia;
- 8) O meu comportamento. — Dar mergulhos em Janeiro, se não impossível, será muito pouco provável, a menos que tenha mudado muito. Muitíssimo!

O aspecto mais importante que podemos retirar desta dúzia de linhas é que as coisas que se pretendem prever variam grandemente no seu grau de previsibilidade. Temos muito mais confiança em que iremos comer, por exemplo, queijo dinamarquês do que a 2 de Janeiro de 1993 a água do mar esteja a 22 graus, aqui perto de Lisboa.

Deve dizer-se que os métodos usados na previsão variam grandemente; dependem da informação e modelos disponíveis e, entre outras coisas, das hipóteses estabelecidas.

Prever não é tarefa fácil; talvez resida aí tamanha curiosidade e avidez pelos «números para o futuro».

## V

É vulgar ouvir dizer ao homem da rua que os governos de esquerda, ou ditos de esquerda, que por São Bento têm passado desde 1974 têm feito pior trabalho que os outros.

Sem discutir a relevância desta ou daquela política, levada (ou não) a cabo por este ou aquele outro governante, o problema fulcral assenta, a meu ver, na forte dependência da economia portuguesa face ao exterior e nas condições concretas (face ao exterior) que a cada governo se deparam.

Se analisarmos o quadro F, facilmente verificamos que os valores referentes à economia portuguesa são sensivelmente o dobro dos que se referem a Espanha e superiores em 50 % àqueles que dizem respeito à economia grega.

QUADRO F

	(Exp. + Imp.)/PIB		
	Portugal	Espanha	Grécia
1977.....	0,62	0,30	0,46
1978.....	0,62	0,31	0,47
1979.....	0,67	0,34	0,49
1980.....	0,69	0,34	0,47
1981.....	0,69	0,35	0,47
1982.....	0,71	0,36	0,47
1983.....	0,72	0,37	0,50
1984.....	0,77	0,38	0,52
1985.....	0,80	0,39	0,55
1986.....	0,86	0,40	0,58

Fonte: Estatísticas da OCDE.

Não se infira destes números que «abertura ao exterior» é um mal em si mesmo. O que constatamos é que a economia portuguesa é uma economia fortemente aberta ao exterior. Se acrescentarmos, primeiro, que o volume de importações de produtos vitais ao seu funcionamento é elevado, segundo, que as nossas exportações não assumem, em geral, carácter de «bens essenciais» para nenhum dos nossos parceiros comerciais, somos levados a concluir que a economia portuguesa é uma economia extremamente dependente do exterior<sup>(1)</sup>. Daí, uma margem de manobra muito reduzida na condução de quaisquer políticas internas. Daí, correndo porventura o risco de trivialidade, poder dizer-se, à guisa de conclusão, que estes anos (quatro e mais) do futuro próximo para a economia portuguesa serão marcados, em grande medida, pelo que de bom e de mau acontecer com as economias europeias, japonesa e americana.

<sup>(1)</sup> A este respeito, é elucidativo que a seca do último Verão nos Estados Unidos seja apontada como causa importante, se não a primeira, do desvio da inflação das metas propostas e, durante quase um ano, acerrimamente defendidas pelo Governo.

